

164

NOTAS

DIÁLOGO COM  
FRANCISCO NOELLI  
A RESPEITO  
DA RESENHA  
PARA O LIVRO  
“PATRIMÔNIO  
ARQUEOLÓGICO DE  
CAXIAS DO SUL”

Rafael Corteletti.  
Doutorando em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade  
de São Paulo (MAE-USP), Bolsista CNPq. E-mail: rafacorteletti@hotmail.com.  
Endereço: Avenida Venâncio Aires 70/405, Bairro Cidade Baixa, Porto Alegre, RS,  
Brasil, CEP 90040-190.

Não posso negar que Noelli foi bastante crítico em sua resenha. Lembro muito bem do momento em que estava redigindo as passagens que foram comentadas por ele com tanto vigor. Eu estava processava uma grande quantidade de dados numéricos que compõe o capítulo de distribuição e implantação dos sítios e quiçá posso ter construído uma interpretação arqueológica discutível. Diria que em momentos de grande produção, por vezes, ficamos meio cegos. Enfim, hoje sei que, infelizmente, esqueci muitos autores e não tratei determinadas abordagens. Mas, exatamente por saber disso, atualmente oriento meu trabalho no sentido de contemplar uma série de questões que deem conta da multiplicidade de estórias-até-afora dos Jê Meridionais.

Mas o objetivo principal dessa publicação não foi abordar as origens desse povo, mas sim falar da conservação de sítios arqueológicos. O estudo de caso é Caxias do Sul, mas falo do Brasil e dos desafios da Arqueologia Brasileira. É bom citar que a obra nasceu, ainda em 2006, de uma dissertação de mestrado intitulada “Casas Subterrâneas em Caxias do Sul: Conservação, Distribuição e Implantação”. Em 2007 o texto foi premiado num concurso municipal chamado Fundoprocultura. Segundo a comissão de avaliação e seleção ele seria publicado com a condição de que o tom acadêmico fosse esmaecido. Dessa forma adaptei o texto para deixá-lo mais leve e dinâmico e redigi de tal maneira que fosse possível a um leigo a compreensão absoluta da temática arqueológica e, principalmente, da temática conservacionista. Assim, com novo título e remodelado, em 2008, lancei a obra com um objetivo acima de tudo educativo. Com financiamento da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, através do Fundoprocultura, foi feito um “convite à arqueologia”.

Portanto, o uso da palavra patrimônio no título não teve objetivos pomposos, muito pelo contrário, foi pragmatismo puro. Indepen-

dente do que se debate na esfera internacional eu precisava convencer a opinião pública e o pequeno produtor rural de Caxias do Sul de que os “buracos de bugre” ou as grutas com sepultamento tinham um valor imensurável para toda a sociedade caxiense e, por extensão, à brasileira. Precisava despertá-los para a necessidade de manter a mata no entorno dos sítios em pé, precisava alertá-los de que o melhor lugar para a produção de tomates não era exatamente onde os sítios estavam... Por isso o nome do livro tornou-se “Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul” diferente da dissertação de mestrado que, convenhamos, tem um título que não chama a atenção de mais do que 20 ou 30 arqueólogos, que dirá de uma comunidade que, como Noelli muito bem apontou, criou um cenário alarmante no que se refere à conservação dos sítios. Com esse título eu disse à comunidade que os sítios têm valor e que é ela, em última instância, que detém a responsabilidade por sua conservação ou não. Em momento algum o trabalho foi direcionado no sentido de policiar as atitudes e elencar boas ou más ações dos indivíduos ou estabelecer o que deve ou não ser valorizado enquanto bem cultural. Orientei o trabalho no sentido de incorporar os sítios arqueológicos à vida das comunidades (rural e/ou urbana) e dessa forma produzir uma reflexão sobre as facetas da história daqueles locais. Desde o tempo-espaço em que os sítios eram habitados pelos Jê, passando pela chegada das famílias de colonizadores europeus, pelas memórias das pesquisas e das pessoas dos anos 60 e chegando até hoje quando alguns sítios já estão fisicamente apagados e outros ainda não.

O livro é na verdade um catálogo atualizado das condições em que se encontra a maior parte dos sítios arqueológicos no município – já que após a publicação outros sítios já foram detectados. Em determinados momentos o tom é de denúncia pelo patrimônio destruí-

do e o estado em que se encontra o conservacionismo arqueológico no Brasil, em outros o tom é de paixão pelo patrimônio e a paisagem em que esses assentamentos se inserem. E permeia em todo o texto a ideia de que é o indivíduo que vai preservar ou destruir esse patrimônio, e por isso, é o indivíduo, em última instância, que precisa ser informado para que “a marcha destrutiva e silenciosa que ocorre dia-a-dia sobre este patrimônio cultural e instrumento de trabalho” de inúmeros profissionais deixe de ocorrer. Assim sendo, como contrapartida à publicação da obra, uma série de atividades de educação patrimonial e arqueologia pública foram realizadas. Durante 30 dias a mostra “Fragmentos da História”, com as peças arqueológicas que estavam há mais de 30 anos na reserva técnica do Museu Municipal, recebeu mais de 1.500 visitantes. Antes disso, a exposição permanente começava sua narrativa com a fundação da colônia italiana, mas agora o passado indígena também faz parte do contexto musealizado. Cada escola do Município (das redes municipal, estadual e privada) recebeu um exemplar (num total de 300 livros doados) e professores assistiram palestras sobre o tema. Junto disso, no primeiro trimestre de 2009, num novo desdobramento provocado pelas vontades locais, foi dada a largada experimental para aquilo que hoje já é mais uma atividade de desenvolvimento sustentável: o turismo arqueológico.

Imbuído da ideia de que o Patrimônio Arqueológico é integrado tanto por bens materiais como pelas informações que dele podemos aferir como, por exemplo, a implantação geográfica, a ocupação do espaço e as configurações ecológicas escolhidas pelas populações pretéritas, foi selecionado um sítio de beleza cênica impar localizado na comunidade da Criúva. Para lá durante os anos de 2009 e 2010 foram levadas mais de 500 pessoas em grupos que variam em número: des-

de famílias com 4 ou 5 pessoas até grupos de 30 ou mais em ônibus escolares. Muitos não sabiam da existência de tal patrimônio e ficaram impressionados com o que viram. Alguns professores das escolas da região relataram total desconhecimento deste patrimônio. De certa forma, 500 pessoas não parece um grande número, principalmente, se comparado aos visitantes de sítios como a Missão de São Miguel Arcanjo, por exemplo. Mas o fato é que esta atitude é um embrião que explora as potencialidades locais e gera sustentabilidade – apesar de não existir qualquer tipo de infraestrutura criada para visitação ou divulgação em mídia. Enfim, depois de 40 anos de esquecimento, cooptamos multiplicadores do conhecimento dessa riqueza cultural para que a arqueologia e o passado indígena desabrochassem novamente. O resultado é o trabalho de guias de turismo da própria comunidade instruídos arqueologicamente e dispostos a informar que eles são os agentes diretamente responsáveis pela conservação dessa memória e promoção desse patrimônio.

Por tudo isso, creio que Noelli se engana ao comentar que o livro não trata o patrimônio como “uma categoria de pensamento e ação política”. Como Noelli se notabiliza por ser um grande debatedor teórico-conceitual, é compreensível que sua leitura observe o quanto o livro contempla a base epistemológica das agendas internacionais. Entretanto, apesar de Noelli discordar, o livro cumpre sim – mesmo que incipientemente – a função de articular elementos para a compreensão do “conjunto de representações culturais dos diversos grupos sociais de um contexto dado”, na medida em que seu objetivo central é o exercício do diálogo, em primeira instância, com os grupos sociais da comunidade de Caxias do Sul – e quiçá da brasileira – para alavancar o despertar de

uma prática conservacionista. E realmente, minhas “noções e definições” não “estão isentas de políticas e critérios culturais sobre a paisagem”, pelo simples fato de que além de ser arqueólogo sou um membro da comunidade. Sou mais um daqueles que tanto entrevistei em Caxias – e continuo entrevistando em outros locais – que lembram com nostalgia das brincadeiras de infância dentro das enormes crateras que ninguém sabia o que eram... No meu caso a nostalgia é maior ainda, já que o sítio que tanto brinquei, anos depois cedeu lugar às ruas de um novo bairro, talvez ao mesmo tempo em que, numa universidade a 300km dali, eu descobria o que as tais crateras significavam. Nesse sentido, a paisagem é um elemento ativo nas ações humanas, ela nutre e é nutrida pelas interações sociais como um conjunto de formas que em dado momento exprimem memórias socialmente construídas – como as minhas.

Em linhas gerais nas Ciências Humanas gostamos muito debater sobre a construção do conhecimento, às vezes falando da sociedade, mas, infelizmente, à parte dela. Alguns arqueólogos, nesse sentido, esquecem que vários sítios arqueológicos, nossa matéria-prima de discussão, estão sendo descartados cotidianamente. Há o descarte inconsciente, por indivíduos que desconhecem totalmente o que é um sítio arqueológico e o destroem por ignorância. Há, também, o descarte levado a cabo conscientemente por indivíduos que precisam obter renda – como é o caso dos vendedores de terra preta dos cerritos da Praia do Laranjal, entre tantos outros exemplos. E não podemos esquecer, nesses tempos de desenvolvimentismo acelerado, que há o descarte legalizado de sítios através da prática do “resgate” ou “salvamento”. A coleção arqueológica é salva ou resgatada, mas perde-se o sítio arqueológico, perde-se o lugar e

todo o simbolismo que ele poderia expressar se fosse conservado. Não estou demonizando a arqueologia empresarial, não é isso. Afinal, sabemos que a Arqueologia Brasileira vem sendo impulsionada pelas grandes obras de infraestrutura dos últimos anos de tal forma que novas graduações estão aí para suprir a demanda de profissionais. O que questiono, com esse comentário, é a ação de órgãos governamentais e arqueólogos no processo de decisão daquilo que é relevante e deve ser “salvo” e daquilo que não é relevante e, dessa forma, nem “salvo” precisa ser. Será que nossos profissionais trabalhando em ritmo industrial e, por vezes, com métodos de prospecção pouco sistemáticos realmente conseguem medir a relevância de um bem cultural? Além disso, questiono qual é o nosso papel como produtores e disseminadores de conhecimento? Questiono a validade da produção de conhecimento que não vai além dos debates do próprio grupo que o gerou? Afinal, temos em nossas mãos um objeto de pesquisa que seduz as pessoas, ou uma grande parcela delas. Temos de usar esse objeto a nosso favor e tornar a arqueologia mais popular, mais pública e assim disseminar o conservacionismo do patrimônio arqueológico e, em última instância, evitar o descarte dos lugares, o descarte dos sítios arqueológicos para que as pesquisas de hoje e do futuro possam ser desenvolvidas.

Em síntese, concordo com Noelli quando ele diz que devemos buscar arqueologicamente as diferenças que vemos etnologicamente entre os Kaingang e os Xokleng, por mais complicada que essa tarefa seja. E mais, devemos investigar as origens dos Jê Meridionais para ilustrar a emergência da complexidade social desses grupos. Mas, não podemos nos furtar de lutar pela conservação dos sítios arqueológicos, já que são eles que nos darão as pistas para elucidar nossas problemáticas.